disposto na Lei Municipal;
CONSIDERANDO que, segundo o relato, havia sido proposta uma palestra com o "Coletivo 086", a ser realizada em 08.08.2023, mas não ocorreu sob a alegação de que há uma Recomendação da Secretaria Municipal de Educação - SEMEC, para falar de uma forma geral sobre preconceito;
CONSIDERANDO o disposto no art. 35, inciso VIII, da Resolução CPJ nº 03/2018 que dispõe sobre a distribuição das atribuições dos órgãos de execução de primeiro grau do Ministério Público do Estado do Piauí, regulamentando que: **Art. 35.** As Promotorias de Justiça integrantes do Núcleo de Promotorias de Justiça de Defesa da Cidadania e do Meio Ambiente possuem as seguintes atribuições: **(...) VIII -** 49ª Promotoria de Justiça, atuar nos processos judiciais, participar de audiências judiciais e extrajudiciais, instaurar e instruir procedimentos preparatórios, inquéritos civis e promover as medidas judiciais, extrajudiciais ou administrativas relativas ao combate à discriminação racial, étnica, religiosa e de procedência nacional ou regional; defesa do direito à moradia; defesa do direito à assistência social; defesa do direito à alimentação adequada; e **à defesa dos direitos humanos, nestes incluídos aqueles de grupos sociais vulneráveis, a população lésbica, gay, bissexual, travesti e transexual-LGBT**, as pessoas em situação de rua, as pessoas encarceradas, as populações quilombolas e outras populações tradicionais, excluídas as atribuições específicas de outra Promotoria de Justiça.;
CONSIDERANDO que o Procedimento Preparatório de Inquérito Civil deve ser instaurado quando houver necessidade de elucidações preliminares para identificação do investigado ou para obtenção de elementos ou informações que demonstrem a possibilidade, em tese, da atuação do Ministério Público no âmbito da tutela de interesse difuso, coletivo ou individual homogêneo, conforme delimita o art. 2º, § 4º, da Resolução CNMP nº 23/2007;
RESOLVE
Instauraro presente**Procedimento Preparatório nº 025/2023**, para apuração do fato consubstanciado no desrespeito à identidade de gênero (uso de nome social e do banheiro) dal alunas e alunos LGBTQIA+ naa Escola Municipal Simões Filho, para tanto adotando as medidas pertinentes ao caso.
Determino, ainda, a realização das seguintes diligências:
Autue-se a presente Portaria com os documentos que originaram sua instauração e registre-se em livro próprio desta Promotoria de Justiça, conforme determina o art. 8º, da Resolução nº 001/2008, do Colégio de Procuradores de Justiça do Estado do Piauí;
Encaminhe-se arquivo da presente, para fins de publicação, no Diário Oficial Eletrônico do Ministério Público do Estado do Piauí-DOEMP, em formato editável, em cumprimento ao disposto no art. 2º, § 4º, inciso VI, da Resolução nº 01/2008, do Colégio de Procuradores de Justiça do Estado do Piauí, e art. 4º, inciso VI, art. 7º, § 2º, inciso II, da Resolução nº 23/2007, do Conselho Nacional do Ministério Público-CNMP;
Remeta-se cópia desta Portaria, para conhecimento, ao Centro de Apoio Operacional da Educação e Cidadania-CAODEC, conforme determina o art. 6º, § 1º, da Resolução nº 001/2008, do Colégio de Procuradores de Justiça do Estado do Piauí;
Nomeio a assessora desta 49ª Promotoria de Justiça, Juliana Jales Cunha Pacheco, para secretariar este procedimento, nos termos do art. 4º, inciso V, da Resolução nº 23/2007, do Conselho Nacional do Ministério Público;
Designo audiência para o dia 04.09.2023, às 09h, na Sala de Audiências nº 03 - Mezanino - Sede Leste, devendo ser convidados a Noticiante, o(a) Diretor(a) da Escola Municipal Simões Filho e a Secretaria Municipal de Educação - SEMEC.
Cumpra-se com urgência.
Teresina-PI, 25 de Agosto de 2023
MYRIAN LAGO
49ª Promotoria de Justiça
Promotoria de Justiça da Cidadania e Direitos Humanos

2.3. 29ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE TERESINA-PI

ATA DE AUDIÊNCIA PÚBLICA
1. Dados gerais

IDENTIFICAÇÃO DA REUNIÃO	PA 39/2019 SIMP 000217-030-2019 e PA 03/2023 SIMP 000034-030/2023.
DATA/HORÁRIO	Dia 06 de junho de 2023, às 08h e 30min.
LOCAL	Auditório do Ministério Público do Estado do Piauí - Sede Leste.

2. Participantes

NOME	**ÓRGÃO**
Eny Marcos Vieira Pontes	Promotor de Justiça da 29ª Promotoria de Justiça de Teresina
Karla Daniela Furtado Maia Carvalho	Promotora de Justiça/Coordenadora do Centro de Apoio Operacional de Defesa da Saúde - CAODS / MPPI
Rejane Braz Gomes de Sousa	Conselheira Tutelar de Teresina
Ecicla de Sousa Resplandes	Conselheira Tutelar de Teresina
Maria Gorete Cardoso do Nascimento	Conselheira Tutelar de Teresina
Tamires Medeiros dos Santos	Conselheira Tutelar de Teresina
Moisés Borges Leal Neto	Conselheiro Tutelar de Teresina
Alessandra Miranda	Conselheira Tutelar de Teresina
Lílian Maria Carvalho de Góis	Conselheira Tutelar de Teresina
Antônio Oliveira Gomes	Conselheiro Tutelar de Teresina
Ivan Cabral	Conselheiro Tutelar de Teresina
Itapoam Ferreira Cavalcante	Conselheiro Tutelar de Teresina
Frederico Kaiser Elvas	Conselheiro Tutelar de Teresina
Alberto Ferreira Rodrigues	Conselheiro Tutelar de Teresina

https://www.mppi.mp.br/consulta-publica/validador/8c0bc4455ec1c08c10b07f99c6086a9c
Assinado Eletronicamente por: LIA ANDRADE PORTELA às 01/09/2023 08:48:39
Doc: 4993497, Página: 1

Samuel Robson Pereira Rêgo	Vice - Presidente do Sindicato dos Médicos do Estado do Piauí - SIMEPI
Paulo de Sousa Lima	Presidente da Associação dos Cadeirantes do Município de Teresina - ASCAMTE
Bartolomeu Lima Pinheiro	Representante da Associação dos Cadeirantes do Município de Teresina - ASCANTE
José Roberto Leite	Conselheiro do Conselho Estadual de Saúde - CES
Ariane Coutinho da Silva	Presidente do Sindicato dos Fisioterapeutas e Terapeutas Ocupacionais do Estado do Piauí - SINFITO
Acilinara Feitosa Moura	Presidente do Conselho Municipal de Saúde - CMS
Ulisses Nogueira de Aguiar	Presidente do Sindicato dos Farmacêuticos do Estado do Piauí - SINFARPI
Raulino F. Ferreira	Vice - Presidente do Conselho Regional de Farmácia do Piauí - CRF-PI
José Inácio Schuck	Representante do Conselho Municipal de Saúde de Teresina - CMS
Carolina Pereira Tavares	Vice - Presidente do Sindicato dos Odontologistas do Piauí - SOEPI
Maria Eline Campos Vieira	Funcionária do Centro Integrado de Saúde Lineu Araújo - CISLA
Gustavo Henrique	Presidente Estadual do Partido Político Patriota
Rodrigo Amorim O. Nunes	Presidente do Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional - CREFITO-14
Maria do Amparo de Castro e Silva Vieira	Representante do Conselho Regional de Enfermagem do Piauí - COREN-PI
Bhássia de Assis Barroso	Gerente de Atenção Primária da Secretaria de Saúde do Estado do Piauí - SESAPI
Pablo Forlan Nogueira Holanda	Advogado do Sindicato dos Médicos do Estado do Piauí - SIMEPI
Dagoberto Barros da Silveira	Presidente do Conselho Regional de Medicina do Estado do Piauí - CRM - PI
Anneth Cardoso Basílio	Advogada membro da Comissão da Saúde da Ordem dos Advogados de Brasil - Seccional Piauí - OAB-PI
Adalgisa de Sousa Costa Silva	Vice Presidente do Conselho Municipal de Saúde de Teresina - CMS
José Roberto Leite da Silva	Conselheiro do Conselho Estadual de Saúde do Estado do Piauí - CES-PI
Geysa Elane R. de Carvalho Sá	Auditora de Contas do Tribunal de Contas do Estado do Piauí - TCE - PI
Liana de Castro Melo	Tribunal de Contas do Estado do Piauí - TCE - PI
Marcelo Leal Silva	Chefe da Procuradoria da Fundação Municipal de Saúde - FMS
Sâmia Vieira Batista da Silva	Diretora de Recursos Humanos da Fundação Municipal de Saúde - FMS
Nádia Maria Santos Spíndola	Diretora da Diretoria de Atenção Básica da Fundação Municipal de Saúde - DAB/FMS
Handerson R. S. Lima	Gerente de Assistência Farmacêutica da Diretoria de Atenção Básica da Fundação Municipal de Saúde - GEAFA/DAB/FMS
Maycon Alex Cavalcante Moreira	Diretor de Regulação, Controle, Avaliação e Auditoria - DRCAA-FMS
Renato Soares Leal	Sindicato dos Médicos do Piauí - SIMEPI
Gilvan Carneiro de Andrade Filho	Advogado do Sindicato dos Médicos do Piauí - SIMEPI
Maria da Conceição Mendes Pereira	Conselho Municipal de Saúde - CMS / AMI
Marcos Rangel Santos de Carvalho	Advogado da Secretaria Estadual de Saúde do Piauí - SESAPI
Maurício H. L. S.	Sindicato dos Médicos do Piauí - SIMEPI
Plínio Dumont	Ordem dos Advogados do Brasil - Seccional Piauí - OAB-PI
Sara Maria Aires de Sousa	Usuária do Sistema único de Saúde - SUS
Alvino Rubens Alves Filho	Cidadão
Rosenit Ferreira Gonçalves	Conselho Municipal de Saúde - CMS
Erick Ricly P. de O.	Sindicato dos Enfermeiros, Auxiliares e Técnicos em Enfermagem do Estado do Piauí - SENATEPI
Maria do Amparo Oliveira	Conselho Municipal de Saúde - CMS
Francisco das Chagas B. Filho	Cinegrafista
Adriana Maria Magalhães	Portal Cidade Verde
Rayana Marinho	Repórter Antena 10
Nunes	TV Clube
tião Pinheiro dos Santos	RR Assessoria

https://www.mppi.mp.br/consulta-publica/validador/8c0bc4455ec1c08c10b07f99c6086a9c
Assinado Eletronicamente por: LIA ANDRADE PORTELA às 01/09/2023 08:48:39

3. Ausentes

NOME	ÓRGÃO
Antônio Alves Pitombeira Neto	Presidente do Conselho Estadual de Saúde
Roberta Berté	Diretora de Atenção Especializada da Fundação Municipal de Saúde - DAE/FMS
Ari Ricardo da Rocha Gomes Ferreira	Presidente da Fundação Municipal de Saúde - FMS
Erick Riccely	Presidente do Sindicato dos Enfermeiros, Auxiliares e Técnicos de Enfermagem do Estado do Piauí - SENATEPI
Mariza Costa	Presidente da Associação dos Pacientes Renais do Piauí - APREPI
Jeane Melo	Presidente da Associação dos Diabéticos do Piauí - ADIPI
Maria do Socorro Cordeiro Ferreira	Presidente do Sindicato dos Farmacêuticos do Piauí -SINFARPI

O Promotor de Justiça Titular da 29ª Promotoria de Justiça de Teresina, que atua em defesa da Saúde Pública Municipal, Dr. Eny Marcos Vieira Pontes, iniciou a audiência tecendo informações preliminares e regras previstas para a ocorrência da audiência pública. Ressaltou que todo trabalho objetiva trazer instrumentos ou esclarecimentos para procedimentos tramitando na 29ª Promotoria de Justiça de Teresina.

O Dr. Eny asseverou que a audiência foi agendada em razão do crescente número de demandas acerca da Assistência Básica à Saúde Pública, como estrutura, equipamentos, falta de insumos e medicamentos básicos. Fez as considerações iniciais e destacou a possibilidade de manifestação dos participantes; Que as demandas individuais estão se tornando repetitivas, não apenas por parte dos pacientes e usuários, mas também pela coletividade; Que existem ações judiciais já neste sentido dos mais diversos vieses; Que existe dificuldade por parte dos profissionais no recebimento do terço de férias e décimo terceiro do ano de 2022 dos terceirizados da FMS e que a Fundação se comprometeu a realizar o pagamento parcelado; Que existem demandas quanto à segurança das UBSs que preocupa os profissionais; Que nas audiências públicas prima bastante pela manifestação dos presentes. Em seguida, pediu para quem fosse se manifestar se restrinjir à pauta do dia. Pediu também para que quem fosse se manifestar, fosse de forma mais objetiva e respeitosa possível.

O Dr. Eny chamou o Dr. Samuel Robson Pereira Rêgo, Vice - Presidente do Sindicato dos Médicos do Estado do Piauí - SIMEPI, para se manifestar.

O Dr. Samuel pediu esclarecimento acerca da existência de uma listagem de demandas existentes no Ministério Público do Estado do Piauí de forma condensada. Destacou que a maioria das demandas são crônicas e que o discurso é péssimo, pois abre brecha para um sofismo de que a Organização Social - OS vai resolver o problema; Que a questão da estrutura física entristece bastante, pois há pouco tempo que foram criadas novas UBSs e estas já se deterioraram, transparecendo a desorganização da Fundação Municipal de Saúde - FMS; Que recentemente houve alteração de gestão da FMS; Que a questão do esgotamento dos recursos humanos na atenção básica o preocupa muito e associa os maus tratos dos funcionários ao seu nível de estresse e baixas condições de trabalho; Que tem avançado como sindicato pela realização do concurso público desde 2021 e aparentemente não tiveram nenhum documento oficial que destaque que em outubro terá concurso; Que se a Prefeitura der o exemplo repercutirá para o Estado do Piauí; Que este concurso deve ser para todas as áreas de saúde; Que estão realmente acreditando e trabalhando para que aconteça; Que todas as demandas não se resolverão de uma vez; Que estiveram no HUT em março e constataram falta medicamento nas UTIs; Que não falta apenas na Atenção Básica, mas também em toda rede e quer entender o que efetivamente acontece; Que não encontram solução e pede apoio ao MPPI quanto á demanda do concurso público; Que na Prefeitura a cooperativa dos médicos está brigando para receber o pagamento de janeiro; Que lutam como entidade social para garantia de direitos de sua classe.

O Dr. Eny esclareceu que existe demanda na Promotoria acerca da evolução do concurso e audiências são realizadas mensalmente. Em seguida, passou a palavra para o Sr. Paulo de Sousa Lima, Presidente da Associação dos Cadeirantes do Município de Teresina - ASCAMTE.

O Sr. Paulo disse que desde 2020 está trabalhando com diversas demandas junto ao Ministério Público acerca de carências na atenção básica e percebe nas UBSs de forma geral e na FMS uma certa deficiência de gerenciamento, especialmente do ponto de vista financeiro e espera poder resolver este período conturbado; que existem dívidas muitas vezes difíceis de saldar e espera encontrar alguma solução.

O Dr. Eny destacou que a preocupação e o trabalho do MPPI são contínuos e destacou que quanto à compra de insumos tiveram algumas respostas pela FMS; que em audiência com representantes da FMS destacou que a dívida de fornecedores era de cerca de cento e cinquenta milhões de reais e requisitou algum plano para saldar este passivo e àquela época ficou determinado que seria realizada o pagamento com recurso de dez milhões recebidos e apresentação de comprovação desta quitação, o que até o presente momento não foi feito. Agradece a sugestão do Dr. Samuel e destacou que acata o caso para apresentação à Assessoria de Imprensa. Destacou que publica sempre os casos para divulgação do trabalho do MPPI via assessoria de imprensa e até outros canais de comunicação para conhecimento da população.

O Dr Eny passou a palavra ao Sr. Bartolomeu Lima Pinheiro, representante da Associação dos Cadeirantes do Município de Teresina - ASCANTE.

O Sr. Bartolomeu destacou que em sua UBS Portal da Alegria os insumos são fornecidos descontinuamente, meses completos e meses incompletos e não funciona o contato telefônico; Que é frequente a falta de insumos desde 2020.

O Dr. Eny passou a palavra ao Sr. José Roberto Leite, Conselheiro do Conselho Estadual de Saúde - CES.

O Sr. José disse que os usuários do Sistema Único de Saúde - SUS em Teresina sofrem todos os dias; que uma servidora pediu para sair da UBS por estar acumulando cargos de coordenadora, chefe do SAME e dispensando remédio; que questiona quantos farmacêuticos existem na rede pública de Teresina para dispensar medicação; que os trabalhadores estão atendendo os usuários estressados e provavelmente isso se deve à carga de trabalho excessiva, sendo a maioria não concursados que as OS não resolverão o problema e sim o concurso público; que a sociedade civil não pode permitir que os governos privatizem a saúde; que em relação às filas chegam muitas denúncias no sentido de grandes filas nas UBSs e existe UBS com fila de madrugada novamente e com fila de madrugada voltará a venda de vagas; que os medicamentos faltam em todas as farmácias; que a gestão entrou tirando a licitação da FMS e colocando de forma centralizada o que prejudica a agilidade dos trâmites; que pede que a FMS escute a sociedade.

O Dr. Eny destacou ser preocupante a volta de filas noturnas nas UBSs e passou a palavra para Ariane Coutinho da Silva, Presidente do Sindicato dos Fisioterapeutas e Terapeutas Ocupacionais do Estado do Piauí - SINFITO.

A Sr.ª Ariane destacou a figura da equipe multidisciplinar na atenção básica e que são muitos pacientes que se beneficiam com isto; que lamenta a falta de profissionais fisioterapeutas na atenção básica; que lutaram por estratégias para auxiliar a FMS para manter os profissionais na atenção básica e conseguiram uma emenda com a vereadora Poliana Rocha para manter insumos mínimos e estrutura para o profissional fisioterapeuta, mas a perderam por questões processuais; que a FMS desperdiçou uma verba de cerca de 200 mil reais e existe apenas um fisioterapeuta; que é constante a falta de medicação básica para controle de medicação de hipertensão e diabetes; que isto esvazia a UBS para participação de grupos, inclusive; que não existe previsão de equipe multiprofissional na previsão do concurso e teve que ouvir que a ião quer fisioterapeuta nas UBSs pela Dr.ª Clara; que a gestão falou que a única chance de retornar a atuação multiprofissional na io básica seria com a criação de incentivo e existe a Portaria 625/2023 e os municípios receberiam em parcela única em junho e

https://www.mppi.mp.br/consulta-publica/validador/8c0bc4455ec1c08c10b07f99c6086a9c
Assinado Eletronicamente por: LIA ANDRADE PORTELA às 01/09/2023 08:48:39
Doc: 4993497, Página: 3

dezembro; que soube que a FMS estaria se movimentando para providenciar estas equipes; que pede que não seja apenas para fins de arrecadação e sim para constituição de forma permanente; que se vão credenciar e estas equipes não foram incluídas no concurso, serão profissionais temporários.

O Dr. Eny pediu que a FMS anote estes questionamentos acerca do financiamento federal para formação da equipe multiprofissional para posterior esclarecimento e destacou que muito se fala acerca da falta de recursos, mas quase sempre estes recursos existem e destacou algumas portarias existentes no Ministério da Saúde. Portaria 474 de 13 de abril de 2023, cancela a adesão de equipe de Saúde da Família e das equipes da Atenção Primária da Saúde ao Programa de apoio, informatização e qualificação dos dados da atenção primária à saúde; Portaria 481 de 14 de abril de 2023 suspende na parcela dois de 2023 a transferência de incentivos financeiros das equipes da atenção primária com a ausência de alimentação do Sistema de Informações de Saúde para a Atenção Primária e duas equipes de saúde bucal 40h em Teresina; Portaria 480 de 14 de abril de 2023 suspende na parcela 12 de 2022 a transferência de recursos e incentivos financeiros das equipes e serviços da atenção primária constantes nos anexos I e II da Portaria, com ausência de alimentação do sistema de informação em saúde para a atenção básica por três competências consecutivas; Portaria 489 de 17 de abril de 2023 suspende na parcela dois de 2023 a transferência de incentivos financeiros das equipes da atenção primária com irregularidades no cadastro de profissionais no sistema de cadastro nacional de estabelecimento de saúde; e Portaria 501 de 19 de abril de 2023 suspende na parcela três de 2023 a transferência de incentivos financeiros das equipes da atenção primária com ausência de alimentação do sistema de informação em saúde para atenção básica. Aduziu que são cinco equipes de saúde da família canceladas em Teresina que destacam falhas na alimentação de dados ao Ministério da Saúde pela FMS e questionou por que estas falhas acontecem de forma rotineira.

O Dr. Eny passa a palavra à Dr.ª Acilinara Feitosa Moura, Presidente do Conselho Municipal de Saúde - CMS.

A Dr.ª Acilinara aduziu que entende o esforço da Diretoria da Atenção Básica - DAB para atender, conforme necessário, a prestação de saúde na atenção básica de saúde de Teresina, porém existem muitos problemas, demandas terríveis que não deveriam acontecer; que foi na UBS Portal da Alegria e ficou chocada que todas as demandas atestadas pela população realmente eram verídicas, exemplifica que quanto ao horário de funcionamento, 11h não tem mais ninguém, reabrindo às 13h e fechando novamente às 15h, que os insumos faltam, existe demora na entrega dos exames; que a questão é de toda a estrutura, predial, equipes, trabalhadores e há de se fazer algo; que Teresina não atingirá a meta de vacinação por diversos motivos, alguns mediáveis; que há que se repensar estas estruturas; que as Coordenações não podem ser políticas e sim técnicas; que as pessoas não conseguem interagir com as Coordenações pedindo reparo de certos aspectos; que ficou penalizada com a questão da coordenadora que saiu, porque ela trabalhava em uma UBS que era uma das únicas que ainda não foi projeto de construção para mudar e lá não tem acessibilidade; que existe demanda reprimida de consultas e exames e colocam a culpa nos laboratórios; que a equipe de licitação voltou para a FMS, mas ainda precisam licitar a escolha dos pregoeiros; que saúde deve trabalhar com previsão; que a medicação é situação séria, pois no último relatório faltava cerca de 940 (novecentos e quarenta) medicamentos; que uma UBS da Taboca do Pau Ferrado ficou rachada durante a chuva, pois foi construída em um terreno alagado e ainda construíram atrás da UBS uma creche; que é difícil não politizar as coisas quando o prefeito escolhe o local da UBS para beneficiar a população que votou nele e não por ser o local mais adequado.

O Dr. Eny destacou que sobre estrutura predial e que mês passado foi feita inspeção no Hospital do Dirceu, tendo sido destacada a falta de empresas contratadas para manutenção de equipamentos e de empresas para manutenção contínua da estrutura predial e oficiaram a FMS solicitando a apresentação de informação e apresentação de comprovação.

O Dr. Eny passou a palavra ao Sr. Ulisses Nogueira de Aguiar, representante do Sindicato dos Farmacêuticos do Estado do Piauí - SINFARPI.

O Sr. Ulisses destacou que em Conferência de Saúde de Teresina foi destacada a falta de medicamentos e exames e quem participou da Conferência Estadual viu que as propostas dos usuários faziam eram no sentido de acesso a medicamentos; que faltam antibióticos, como vancomicina; que falta até mesmo esparadrapo; que em recursos humanos para atender 91 unidades, precisa de um farmacêutico em cada farmácia, mas somente existem 4 farmacêuticos, na grande maioria terceirizados, e questiona como é possível a Coordenação de Assistência Farmacêutica resolver as demandas assim; que existem medicamentos de uso e controle especial; que não existe nenhum farmacêutico nas sete Centros de Atenção Psicossocial - CAPS de Teresina porque a pessoa que está lá está em desvio de função, fazendo um trabalho ilegal e questiona como isso é possível e como o Conselho de Farmácia não interdita estes locais; que as pessoas não são qualificadas para tanto, o que causa morte; que realizaram uma inspeção e enviaram relatório ao MPPI; que para a falta de medicamentos usam as mais diversas desculpas, mas existe recurso; que a farmácia é a última a ser colocada em atenção; que não existe vistoria da vigilância sanitária nas farmácias da rede pública de saúde; que os médicos não sabem o que existe nas farmácias das UBSs e não existe controle de estoque de medicamentos pela gerência de assistência farmacêutica; que os atendimentos acontecem por senha e isto não pode acontecer; que o problema está na falta de pagamento aos fornecedores.

O Dr. Eny afirmou que em relação ao controle de estoque, o atual Presidente da Fundação esteve em reunião e foi indicada a necessidade de maior controle dos medicamentos.

O Dr. Eny passou a palavra ao Sr. Raulino Ferreira, Vice - Presidente do Conselho Regional de Farmácia do Piauí - CRF-PI.

O Sr. Raulino destacou que o Conselho Regional de Farmácia busca fiscalizar o exercício ilegal da profissão; que existe uma decisão da justiça federal que os proibiu de fiscalizar as farmácias da rede pública da FMS; que enviam as irregularidades fiscalizadas para as vigilâncias sanitárias municipal e estadual e não recebem retorno; que realizaram em 2022 uma fiscalização que detectou oitenta unidades irregulares, enviaram dois ofícios para as vigilâncias e somente obtiveram resposta que eles não tem condição de fazer esta fiscalização; que o CRF preocupado com a assistência farmacêutica tem um plano de assistência farmacêutica e já fizeram em dois territórios; que o sistema Hórus é público e gratuito e todo gerente e coordenador farmacêutico deveria ter acesso à senha do Hórus; que a farmácia precisa ser centralizada ou em local estratégico nos projetos arquitetônicos; que o CRF não tem poder de polícia e não pode interditar e já pediram tal informação da bancada do Conselho Federal de Farmácia - CFF; que é necessária uma relação mínima de medicamentos; que o processo 22022-95/2012 retira a precedência do Conselho de fiscalizar; que nos estabelecimentos privados existe um TAP obrigando a existência de um farmacêutico contratado em diversos municípios do estado; que já fizeram a fiscalização de cento e setenta e um municípios e hoje já é possível notar em cento e trinta e um assistentes farmacêuticos contratados, o que para eles foi um grande avanço nestes últimos dois anos de relevância para a sociedade; que dentro do mínimo necessário para a presença do farmacêutico estão a REMOME, o farmacêutico tem que participar da Comissão de Padronização, da Comissão de Assistência Farmacêutica, visto que muitos dos municípios dispensa por lei; que fizeram duas fiscalizações conjuntas em Canto do Buriti e em Picos a pedido do Ministério Público e acontecem os mesmos problemas quanto à falta de medicamentos básicos; que na rede pública existem pessoas leigas atendendo nas farmácias; que não existe medicamento básico na rede, está com estoque zerado.

A Dr.ª Karla Daniela Furtado Maia Carvalho, Promotora de Justiça/Coordenadora do Centro de Apoio Operacional de Defesa da Saúde - CAODS / MPPI, pediu para que quando a FMS for responder as perguntas, esclareça se o Hórus está centralizado na Central de Assistência Farmacêutica - CAF ou se chega a informatização às UBS para fins de alimentação, manuseio e dispensação, porque o Sistema Hórus não é tão simples e a pessoa que utilizará precisa de um treinamento para tal.

O Dr. Eny destacou que desconhecia a ação da justiça federal referente ao poder de polícia do CRF.

O Sr. Raulino esclareceu que a ação também proíbe a fiscalização para hospitais até cinquenta leitos.

O Dr. Eny informou que existe demanda no MPPI para que as vigilâncias sanitárias procedam com as fiscalizações necessárias.

A Dr.ª Karla esclareceu que dentro do Projeto de Assistência Farmacêutica do CAODS, a Diretoria de Vigilância Sanitária do Estado do Piauí - [illegible]a fez um formulário específico para a assistência farmacêutica no componente básico, poque o formulário que estava era apenas para [illegible]cias privadas, então este foi reelaborado em outro formulário com anexos de toda documentação necessária e esse formulário realmente

https://www.mppi.mp.br/consulta-publica/validador/8c0bc4455ec1c08c10b07f99c6086a9c
Assinado Eletronicamente por: LIA ANDRADE PORTELA às 01/09/2023 08:48:39
Doc: 4993497, Página: 4

foi passado para os municípios da Chapada da Mangabeira, dos Carnaubais e já está dentro do site da DIVISA. Terminou solicitando deliberação para que a Gerência de Vigilância Sanitária do Município de Teresina - GEVISA faça as inspeções nas farmácias do município com base neste formulário específico disponibilizado que tem força cogente.
O Dr. Eny passou a palavra para o Sr. José Inácio Schuck, representante do Conselho Municipal de Saúde de Teresina - CMS.
O Sr. Luís Inácio disse que é frustrado com o fato de não haver a implantação dos aspectos discutidos e determinados nas Conferências Nacionais; que também há necessidade de ampliação das equipes profissionais dos PSF para incluir os Assistentes Sociais, Fisioterapeutas e Psicólogos; que é necessário assegurar a prevenção pelas vacinas; que as equipes multiprofissionais devem buscar os pacientes e monitorar as comunidades para viabilizar a política de prevenção pelas vacinas; que destacou o problema da privatização da saúde; que é inacreditável como o SUS está vulnerável pela situação das Organizações Sociais - OS; que o hospital do Dirceu será entregue para o setor privado; que gradece a atuação das judicializações do MPPI; que a medicina e a enfermagem deixam que a gestão assim atue.
O Dr. Eny passou a palavra para Carolina Pereira Tavares, Vice - Presidente do Sindicato dos Odontologistas do Piauí - SOEPI.
A Sr.ª Carolina destacou a situação vivenciada por Teresina desde o pós pandemia e relatou a questão das equipes descredenciadas por falta de insumos básicos; que se preocupa com a questão da licitação pela FMS e ressalta que continua faltando quase tudo, desde um anestésico até um grau cirúrgico; que as UBS e os Centros de Especialidades Odontológicas - CEOs estão com estrutura quase toda fragilizada e a população está abandonada sem perspectiva de melhora.
O Dr. Eny questionou como o profissional da odontologia atua sem ter o básico e ela asseverou que na verdade não atuam por falta de material básico e por isso não alimentam o sistema.
A Dr.ª Karla questionou acerca dos indicadores do pre- natal das gestantes e ela afirmou que existe uma organização por conta dos indicadores e que este foi alimentado, mas não sabem como será realizado futuramente e novamente perderão equipes se não alimentarem o sistema com os indicadores.
O Dr. Eny passou a palavra para a Sr.ª Maria Eline Campos Vieira, funcionária do Centro Integrado de Saúde Lineu Araújo - CISLA.
A Sr.ª Maria Eline se colocou como funcionária do Lineu Araújo na farmácia e asseverou que o estado passou para o Lineu Araújo a análise para entrega de Hepatite B e C sem nenhum preparo e naquele momento existia um farmacêutico, mas o contrato venceu e ficaram um período sem assistência farmacêutica nesta entrega e sofreu bastante para poder dar conta deste serviço, mas agora colocaram um farmacêutico para acompanhar; que o medicamento Prolopa para Parkinson está em falta na rede pública e também a Oxcarbazepina, Ofolato de Sódio, Ácido Roproico também estão em falta; que foi descoberto em janeiro que a aorta do coração de seu esposo está estraçalhada e precisa de um enxerto, mas este produto não tem em Teresina e até mesmo no Brasil; que possuem plano de saúde do IPMT, mas até agora nada foi resolvido; que o Sistema Hórus foi desinstalado após a entrada de medicamento para hepatite e quem instalou antes foi o da farmácia controlada.
O Dr. Eny disse que oficiará a Direção do Lineu Araújo e passou a palavra para o Sr. Gustavo Henrique, Presidente Estadual do Partido Político Patriota.
O Sr. Gustavo afirmou que como agente político tem percorrido Teresina e destacou a "politização da saúde" e exemplificou que às vezes a medicação é separada para os eleitores de determinados vereadores; que destacou a sujeira de estabelecimentos; que, independentemente dos encaminhamentos, os gestores devem buscar a responsabilidade pela diminuição destes problemas com a indicação de pessoas qualificadas e não de viés político; que tem percorrido o estado e Teresina e o que tem sido colocado de forma recorrente é a politização da saúde, sendo que Teresina está loteada e vereadores indicam qualquer pessoa para ficar no controle de determinadas áreas da saúde e essas pessoas os procuram e pedem anonimato; que às vezes a medicação é separada para a clientela do vereador.
O Dr. Eny destacou que inexiste discricionariedade sem critérios mínimos e deve observar alguns limites legais e quanto à probidade administrativa, pede para que a documentação juntada ao longo destas caminhadas realizadas pelo Presidente do Partido sejam repassadas ao Ministério Público em forma de denúncia de irregularidades. Explicou que a atribuição específica para analisar o caso seria do Núcleo de Promotorias de Justiça de Defesa do Patrimônio Público e da Probidade Administrativa, mas que poderia repassar o conhecimento do caso para as referidas promotorias.
O Dr. Eny passou a palavra para Ivan Cabral, Conselheiro Tutelar de Teresina.
O Sr. Ivan Cabral destacou que os sete Conselhos Tutelares de Teresina atuam como órgãos zeladores dos direitos das crianças e adolescentes e buscam a garantia da prioridade absoluta destes e isto não está sendo observado pelos gestores da saúde, pois a criança deve ser respeitada desde a sua concepção e durante a gestação da mulher; que podem requisitar serviços na área do direito da criança e adolescente na saúde, mas requisitam e não obtém retorno imediato; que as crianças morrem por falta de atendimento na cardiopatia congênita, por exemplo; que quando as crianças chegam nas UBS, Unidades de Saúde, nas UPAS não são atendidas com primazia e o Estado viola seus direitos; Que o MPPI tem o papel de fiscalizar.
O Dr. Eny passou a palavra para o Sr. Rodrigo Amorim, Presidente do Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional - CREFITO-14.
O Sr. Rodrigo destacou que o seu papel é de fiscalizar o exercício ilegal da profissão e esteve em muitas fiscalizações em que previamente viu as dificuldades, mas quando chegam lá encontram mais dificuldades, como, por exemplo, com relação à falta de transporte dos profissionais fisioterapeutas e terapeutas ocupacionais; que existiu um desmonte dos profissionais fisioterapeutas, pois a prefeitura tem um olhar maior pela reabilitação; que também é necessária a assistência domiciliar; que a prefeitura cobra a produtividade, mas o que acontece é que a produtividade não é alta por falta de estrutura mínima adequada e que um fisioterapeuta atende até mesmo 20 ou 30 pacientes; que muitas vezes os gestores colocam a culpa nos profissionais para justificar a sua própria ineficiência; que já não existe um profissional especializado dentro das UTIs, pois os profissionais capacitados estão sendo trocados por profissionais sem qualificação específica; que as nomeações não são feitas por critérios técnicos; que não existe acompanhamento pré-natal nem aparelhos necessários; que foi feita a desconstrução do Núcleo de Apoio à Saúde da Família - NASFs e dos EMADs (atenção domiciliar); que ouviram da própria gestora da FMS na época que a atenção básica não era prioridade e traz dados que demonstram o absurdo da afirmação; que destaca a importância da fisioterapia; que a rede municipal não tem comunicação o que causa a volta do paciente ao hospital e seu óbito.
Passou a palavra para a Sr.ª Maria do Amparo de Castro e Silva Vieira, Representante do Conselho Regional de Enfermagem do Piauí - COREN-PI.
A Sr.ª Amparo afirmou que nunca haviam se deparado com uma situação tão grave e destacou que falta até mesmo água nas UBSs e na Maternidade do Promorar; que fazem fiscalizações noturnas e diurnas e nunca antes haviam visto demandas tão graves quanto agora; estaca o desmonte que está acontecendo; que questiona como pode ser resolvida a situação de falta d´água; que estão demitindo as pessoas terceirizadas com muito tempo de trabalho.
O Dr. Eny destacou a irresignação que ainda existe e sabendo que grande parte do que foi dito é possível existir solução; que a falta de água é intolerável e que instaurará um procedimento para verificar a falta de água nas UBS.
A Dr.ª Karla aproveitou o ensejo para pedir a supervisão da Gerente de Atenção Primária da Secretaria de Saúde do Estado do Piauí - SESAPI com os quatro indicadores que compõem o financiamento do Previne Brasil na rede pública de atenção básica municipal e pediu maior clareza dos relatórios e da tipificação da política do Previne Brasil, porque é importante ter o entendimento de onde a atenção básica está falhando, inclusive para entender o impacto na alta complexidade. Questionou alguns pontos como a busca ativa pelos acompanhados pelas equipes de saúde da família e questionou se também estão cadastrando as famílias e pediu que todos os itens constem na supervisão.
O Dr. Eny passou a palavra ao Dr. Dagoberto Barros da Silveira, Presidente do Conselho Regional de Medicina do Estado do Piauí - CRM - PI.
Dagoberto afirmou que não foi falado do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência - SAMU, mas o CRM fiscalizou em maio e o SAMU esqualificado, ambulâncias sem funcionar ou funcionando precariamente, dívidas da Prefeitura com as oficinas de reparo e manutenção;

https://www.mppi.mp.br/consulta-publica/validador/8c0bc4455ec1c08c10b07f99c6086a9c
Assinado Eletronicamente por: LIA ANDRADE PORTELA às 01/09/2023 08:48:39
Doc: 4993497, Página: 5

que estão funcionando apenas quatro das oito ambulâncias disponíveis e quatro motolâncias, devido à falta de pagamento dos prestadores de serviço; que as quatro motolâncias são alugadas e há também duas ambulâncias em mesma modalidade, mas destas uma está parada em oficina aguardando peça, tendo sido informado que as ambulâncias que estão paradas têm dificuldade de encontrar oficinas que prestem os serviços necessários para o retorno operacional das mesmas, devido ao pagamento dos prestadores; que o órgão gestor superior do SAMU é a Diretoria de Atenção Especializada - DAE - e aguardam empenho de valores para aquisição de novas viaturas; que há pelo menos duas ambulâncias aguardando empenhos para aquisição imediata não realizada até o momento pela prefeitura ;que há cinco anos o SAMU Teresina não recebe ambulâncias pelo governo federal; que no momento da fiscalização haviam duas ocorrências aguardando ambulâncias; que foi comunicado por médicos reguladores que em alguns dias a carência de ambulâncias é ainda maior, ficando apenas três para atendimento; que as cadeiras precisam de manutenção; que é necessária a limpeza dos splits da regulação.
O Dr. Eny esclareceu que já foi instaurado procedimento específico na Promotoria acerca das ambulâncias e motolâncias do SAMU Teresina.
A Dr.ª Karla pediu que o Município quando se manifestar indique quais as UBS do programa de Saúde na Hora e qual o horário de funcionamento destas, porque consta o recebimento do valor de um milhão, quinhentos e sessenta e oito, setecentos e cinquenta e quatro mil para este programa e são necessários esclarecimentos.
O Dr. Eny destacou que quer esclarecimentos da equipe da FMS acerca dos muitos questionamentos feitos.
O Dr. Marcelo Leal Silva, Advogado na Fundação Municipal de Saúde - FMS, apresentou-se e agradeceu a oportunidade para prestar esclarecimentos, pois estão todos do mesmo lado; que não poderão no primeiro momento apresentar resposta para todos os questionamentos apresentados, mas buscarão resolvê-las; que estão buscando solucionar os problemas e que a estrutura se agigantou de tal forma que do ponto de vista financeiro se tornou insustentável; que tem trazido antecipadamente ao MPPI suas necessidades e tem buscado resolver a realidade complexa existente, mas que vem ao longo do tempo sendo construída e explodiu neste momento de modo acumulado e a pandemia não é mais argumento, mas ele contingenciou muitas situações; que a gestão da FMS busca sempre solucionar e atualmente tem uma gestão compartilhada na busca ativa de resolver as demandas financeiras que os exigem optar por demandas específicas em detrimento de outras; que reconhecem a dívida com os fornecedores e tem-se alinhado junto aos fornecedores as prioridades nos pagamentos e tem trabalhado com a Secretaria de Finanças a agilidade nos pagamentos; que existe também um desabastecimento do mercado como um todo; que o usuário é extremamente crítico e pacientes do setor privado também aguardam e a demanda da saúde pública é muito superior à capacidade de atendimento; que a FMS faz, por sua dimensão, movimentos que imprimem resultados que serão lentamente apresentados; que criticar é muito fácil e na qualidade de gerir e apagar incêndios diariamente é mais complexo que na teoria se apresenta e que estão sim buscando resolver; que a saúde não pode esperar o que faz com que algumas coisas sejam atropeladas.
A Dr.ª Karla deu como sugestão em relação às filas, que fosse feita uma triagem e já houvesse alguém na fila, algum funcionário efetivo, para não haver conflito de interesses, fazendo esta triagem; que, com relação aos Agentes Comunitários de Saúde - ACSs, questionou se este está agendando também as consultas e se estiver agendando a fila talvez fosse menor no sentido de demanda espontânea e demanda agendada; que o interesse maior é que a saúde pública evolua para a melhora na qualidade de vida da população.
O Dr. Eny pediu que, para otimizar o tempo, seja dividido por matéria de questionamentos: recursos humanos, influência de interesses políticos em cargos técnicos, retorno de serviço de fisioterapia e odontologia.
A Sr.ª Sâmia Vieira Batista da Silva, Diretora de Recursos Humanos da Fundação Municipal de Saúde - FMS, destacou que em relação ao concurso público, viram de fato a necessidade, uma vez que o último concurso foi em 2011; que assim que assumiu decidiu que deveriam constituir esta equipe e tiveram reunião e ficou definido o lançamento do edital para outubro de 2023; que em relação aos fisioterapeutas, não existe serviço de fisioterapia em UBSs desde quando assumiu, apenas em hospitais, mas nova lei determina que estes profissionais voltem para as UBS; que em reunião ontem estavam discutindo a inclusão destes profissionais no concurso; que com relação às UBS, existe um processo que diz não ser necessária a existência de farmacêutico.
O Sr. Raulino destacou que a Portaria 344/1998 diz que é obrigatória a existência de farmacêutico quando há a dispensação de medicamentos de uso controlado.
O Dr. Marcelo destacou que existe um processo na Justiça Federal com liminar à FMS que a desobriga de colocar profissionais farmacêuticos em dispensários e postos de medicamentos e a Lei 5991/1973 não obriga a presença do profissional farmacêutico nesses ambientes a não ser que seja uma drogaria ou farmácia.
O Dr. Eny pediu que seja repassado o número do referido processo.
A Dr.ª Karla destacou o aspecto da clínica farmacêutica e que o farmacêutico precisa treinar a pessoa que vai entregar o medicamento para o paciente ministrá-lo e como irá guardar; que esta pessoa também deve estar supervisionada pelo farmacêutico, pois sua função deve ser tanto na logística de aquisição do medicamento, como também da clínica farmacêutica de acompanhar toda equipe da atenção básica; que o ACS também deve monitorar como o medicamento está sendo usado pelo paciente acompanhado; que os acamados são de responsabilidade da assistência farmacêutica e mesmo que não haja aderência ao programa do Ministério da Saúde isso não é desculpa, pois não houve adesão ao recebimento de um incentivo financeiro, mas a responsabilidade por todos os acamados continua sendo do município de Teresina; que acerca da conciliação farmacêutica que existe através de um contra referenciamento; que destaca a importância dos profissionais farmacêuticos e fisioterapeutas na atenção básica.
O Sr. Rodrigo destacou que existe uma lei estadual para que os profissionais de UTI tenham qualificação especializada para sua atuação e pede a vaga no concurso para estas especialidades em UTI e nas maternidades e questionou com relação aos profissionais do Melhor em Casa e da *Equipe* Multidisciplinar de Atendimento Domiciliar - EMAD, se estes programas foram extintos ou se estariam estudando reativá-los.
A Sr.ª Sâmia esclareceu que quanto à equipe do EMAD, o Hospital de Urgências de Teresina - HUT continua com a equipe completa, mas só existe no HUT.
O Dr. Eny questionou acerca de um curso de treinamento dos profissionais que fazem a dispensação dos medicamentos, pedindo a comprovação de lista de registros e a previsão para a próxima capacitação.
O Dr. Eny questionou acerca da estrutura física de toda a atenção básica e pediu que comece informando se existem empresas contratadas para manutenção predial e de equipamentos.
A Dr.ª Nádia Maria Santos Spíndola, Diretora de Atenção Básica da Fundação Municipal de Saúde - DAB/FMS, afirmou que elencou alguns pontos para esclarecimento, dentre os quais, destacou que todos estão do mesmo lado, buscando a melhora da Atenção Primária à Saúde - APS; que quem ordena e coordena toda a rede e para esta estar fortalecida é necessário engajamento de servidores, gestores e de todas as instituições que auxiliam para a melhoria da qualidade da atenção básica; que existem 91 (noventa e uma) UBS e 263 (duzentas e sessenta e três) equipes de saúde da família; que quando levam os dados de Teresina para outras capitais todos questionam como é possível cumprir as metas e que existe uma cobertura de 95% (noventa e cinco por cento) da Atenção Primária do Município de Teresina e que todos os problemas são por conta da rede de saúde pública de Teresina ser muito grande, não sendo um problema apenas daqui e sim de muitas cidades; que quando pensa em números cita que todas as unidades são 100% (cem por cento) informatizadas e em 2017 o município aderiu ao programa "Informatiza APS"; que no ano de 2022 realizaram pelos Agentes Comunitários de Saúde um milhão e seiscentos e sessenta e oito mil visitas, mais de três milhões, novecentos e trinta e quatro exames, sete mil atividades coletivas, um milhão e quatrocentos e cinquenta mil idosos com vacinas aplicadas, mais de um milhão e seiscentos e oitenta e um mil e oitocentos atendimentos individuais realizados (consultas de enfermagem, médica, dentistas), mais de um milhão e quatrocentos e quarenta e sete mil procedimentos individualizados, sendo tais informações retiradas do sistema e-SUS; que trouxe os dados para mostrar a importância da APS na rede de atenção do município; que os assuntos colocados serão levados à Presidência e discutidos com a equipe técnica da FMS; que a prestação de serviço é realizada ntratação de prestador por processo licitatório; que dentro da FMS existe um organograma para o qual quando há contratação que

https://www.mppi.mp.br/consulta-publica/validador/8c0bc4455ec1c08c10b07f99c6086a9c
Assinado Eletronicamente por: LIA ANDRADE PORTELA às 01/09/2023 08:48:39
Doc: 4993497, Página: 6

envolve estrutura predial da unidade, o Coordenador da UBS abre um processo e solicita ao setor responsável da GEA, que é a Gerência de Manutenção Predial de Estabelecimentos de Saúde, não só das UBSs, mas de toda a rede do município; que existe uma empresa contratada para o serviço de manutenção predial, assim como também de equipamentos; que são empresas contratadas gerenciadas pela GADM; que é a gerência ligada à Diretoria Administrativa e Financeira que fica com todo este contrato de empresas que fazem a manutenção dos equipamentos da odontologia, de material médico-hospitalar; que a FMS vem vivenciando um momento financeiro muito difícil e busca estratégias para fazer com que o sistema continue funcionando, mas na saúde é difícil, pois a rede não pode parar e isso traz como consequência limitações de execução de alguns aspectos em sua plenitude; que existe planejamento de toda a rede, mas além destes existem demandas que surgem de forma urgente; que participou de reuniões acerca das dificuldades e em momento algum a Dr.ª Clara disse que APS não seria prioridade, mas o que acontece é que a APS precisa de uma equipe multiprofissional; que buscam de alguma forma dentro das condições da FMS para dar andamento nestas equipes; que estão em discussão a adesão à Portaria eMulti do Ministério da Saúde em junho; que algumas categorias são obrigatórias, mas podem incluir outras; que estão em fase de estudo, mas apresentarão o projeto ao Presidente para possível aprovação, pois apesar do recurso do Ministério da Saúde o Município precisará entrar com contrapartida; que tiveram que descredenciar o NASF, mas procuraram servidores da rede que poderiam dar assistência da atenção primária, ainda que parcialmente; que nas Regionais de Saúde que são quatro (Norte, Sul, Leste e Sudeste) possuem nutricionista, assistente social e farmacêutico, que entendem ser pouco, mas é o que podem oferecer no momento; que com relação ao financiamento, alguns foram suspensos; que em 2021, por conta do modelo adotado por Teresina na pandemia, chamado *fast track,* passou a ser exclusivamente para cuidado COVID; que as equipes deixaram de atender pelos programas da estratégia saúde da família, sendo apenas COVID; que em um momento chegaram a 26 unidades exclusivas COVID; que hoje todo este atendimento COVID é descentralizado, mas isso influenciou para a perda de algumas atividades, como, por exemplo, saúde bucal, que em 2022 eram 88 equipes suspensas e hoje chegam a apenas duas equipes suspensas; que começaram a trabalhar para que o Ministério da Saúde enxergasse novamente a produção destas equipes; que quando o Ministério suspende uma equipe, pode ser por registro inadequado na ponta, ou porque existe um parâmetro mínimo de atendimento de enfermagem, equipe médica e odontologia; que se não atinge este patamar, é suspenso também; que existe uma diferença entre a equipe ser suspensa e ser descredenciada, pois sendo apenas suspensa pode retornar quando os dados voltarem a ser enviados; que estão em fase de retomada e buscam agora zerar para que o Ministério de Saúde volte a enxergar isto; que antes não existiam os Responsáveis Técnicos - Rts - tanto na classe médica, quanto de enfermagem, mas conseguiram ter um responsável do tipo em todas as UBS; que quanto à vacinação citada está sendo um desafio grande e tem adotado algumas medidas, como busca ativa e algumas ferramentas como o MONITORA THE; que corresponde a uma ferramenta alimentada por uma equipe que atualiza sempre os cartões de vacina; que existe também a equipe da gerência de trabalho em saúde e fazem busca dentro dos prontuários dentro do PEC para verificar quais crianças estão com vacinação atrasada e é feito um contato com a família orientando que compareça à unidade mais próxima que fez com que melhorassem a sua cobertura; que ainda precisam melhorar muito e comparando com 2019 que tinha uma cobertura de 55,7% (cinquenta e cinco vírgula sete por cento), passaram para 72,9% (setenta e dois vírgula nove por cento) e estão diariamente em articulação e pedem ajuda de todos para que consigam avançar nesta parte; que em evento do Conselho das Secretarias Municipais de Saúde do Estado do Piauí - COSEMS - PI e da Oficina do Previne Brasil previram a possibilidade de melhora; que existem notícias veiculadas de forma errônea como a classificação do PREVINE BRASIL de Teresina que é errônea, pois não se faz desta forma devido ao porte de Teresina; que capitais com o porte de Teresina relatam medidas adotadas neles, pois não se pode comparar Teresina com município pequeno; que dentro do Previne Brasil existem três eixos (Captação Ponderada, Desempenho e Ações Estratégicas) e no Desempenho precisam melhorar muito; que no primeiro quadrimestre de 2022 o índice era 4,27(quatro vírgula vinte e sete) e buscaram resolver isto e saiu hoje o resultado do quadrimestre 2023 estando com 5,87 (cinco vírgula oitenta e sete), sendo ainda uma evolução muito tímida e estavam entre a 19ª Capital e hoje estão entre a 14ª e no nordeste estão em sexto lugar de desempenho; que na captação ponderada estão com melhor desempenho e estão assim devido muito ao período do COVID; que no pré-natal estão fazendo os treinamentos de médicos e enfermeiros para melhorar a prestação da assistência materno-infantil; que a situação da falta de água aconteceu na UBS São João e o problema foi muito maior do que a simples interrupção, da encanação, e acompanhou de perto o caso, quebraram um pedaço da unidade; que não era lá e tiveram que quebrar outra parte da cerâmica; que sobre o Saúde na Hora a adesão foi feita em 2019 e não tem a relação para passar e dentro da Portaria existiam muitas modalidades de adesão, e se não se engana, a modalidade de funcionamento adotada em Teresina foi de sessenta horas.

A Dr.ª Karla questionou quais funcionam à noite, qual a publicidade feita pela FMS e pediu o envio destas informações no prazo de dez dias com apresentação também da relação das equipes.

A Dr.ª Nádia respondeu que existe uma UBS na Zona Sul que funciona em horário mais estendido, mas não sabe no momento repassar os dados com certeza, podendo repassar posteriormente a informação; que na época da *fast track* existiam várias unidades que funcionavam até sete horas da noite, mas hoje não mais; que aos finais de semana existiam cinco unidades funcionando, mas não sabe informar quais no momento estão funcionando aos finais de semana.

A Dr.ª Karla ressaltou que é importante que tais informações sejam divulgadas no site da FMS e nas redes sociais.

O Dr. Eny questionou novamente sobre o aspecto estrutural e ressaltou que algumas situações fogem do senso comum, como a tampa de caixa d'água de uma UBS que passou no chão por mais de dois meses e pediu manifestação acerca do que está sendo tomado pelas gerências para abertura dos pedidos de manutenção.

A Dr.ª Nádia afirmou que não está no momento capacitada a responder por estes casos e que recebe muitas demandas também no sentido de estrutura física e que precisaria da manifestação do setor de engenharia.

O Dr. Eny definiu enquanto encaminhamento que seja expedido ofício esclarecimento acerca das providências adotadas pelas gerências e quais os contratos existentes de manutenção predial e de equipamentos com explicação acerca dos atrasos apresentados no prazo de dez dias.

A Dr.ª Nádia concordou que tem chegado muitas demandas de estrutura física e de manutenção; que neste período chuvoso sempre acontece destas demandas aumentarem ainda mais; que existem algumas UBSs que foram entregues recentemente, mas de um período um pouco distante e que existem outras que tem muito mais problemas na estrutura física, como casas improvisadas; que existe uma emenda para construção de algumas unidades, mas teria que verificar como está esta questão por ser de outra diretoria.

O Dr. Eny exemplificou que em inspeção realizada no Hospital do Dirceu o Diretor do Hospital não sabia informar qual a empresa recorrer em caso de necessidade de reparos prediais.

O Dr. Eny questionou se existe algum indicativo de emendas parlamentares para custeio da atenção básica do município de Teresina.

A Dr.ª Nádia informou que não dispõe desta informação com propriedade, pois existe a DEPLAN que é a Diretoria de Planejamento, cujo Diretor é o Dr. Leonardo, que poderia responder a este questionamento.

O Dr. Eny definiu como encaminhamento que seja oficiada a Diretoria de Planejamento - DEPLAN - para que esta informe, no prazo de dez dias, se existe algum indicativo de emendas parlamentares para custeio da atenção básica do município de Teresina.

O Dr. Eny questionou se existe previsão de incentivos para a estimulação das equipes de trabalho para melhoria dos indicadores.

A Dr.ª Nádia afirmou que isto foi levado à Presidência e está dentro do planejamento a fixação de parâmetros de cumprimento de metas e colocaram o ranking de equipe e isto está dentro do seu sistema de informação e que claramente que a gratificação por desempenho seria o ideal.

O Sr. Rodrigo destacou que a inexistência de fisioterapeuta na atenção básica é não colocar a APS como prioridade; que cadastraram mais eceber mais recurso e dentro dos indicadores de todos; que Teresina está pior que Guaribas no Previne Brasil; que não se deve colocar ılação como justificativa, porque as cidades menores também tem deficit profissional e quem diz isso é o Ministério da Saúde.

https://www.mppi.mp.br/consulta-publica/validador/8c0bc4455ec1c08c10b07f99c6086a9c
Assinado Eletronicamente por: LIA ANDRADE PORTELA às 01/09/2023 08:48:39

O Sr. Erick Ricly, representante do Sindicato dos Enfermeiros, Auxiliares e Técnicos em Enfermagem do Estado do Piauí - SENATEPI, afirmou que tem um relatório que foi feito pelos sindicatos no ano de 2019 e 2020, que mostra que no ano de 2019 a FMS recebeu três milhões, setecentos e trinta mil, trezentos e nove reais e no ano de 2020 recebeu de janeiro a agosto dois milhões, quinhentos e sessenta e quatro mil; que depois da pandemia, de setembro a dezembro de 2020, recebeu do Previne Brasil três milhões, quinhentos e cinquenta e quatro mil, ou seja, só no ano de 2020, recebeu sete milhões de reais e a primeira conduta que foi feita no primeiro dia de gestão foi cortar a gratificação de 100% (cem por cento) dos profissionais; que foram até o Presidente da FMS e ele disse que tentaria manter naquele mês em que estiveram lá, mas logo em seguida foi zerado; que a política de desvalorização do servidor não médico foi colocada a risca desde o primeiro momento da atual gestão; que pode ser requisitada a portaria que estabeleceu o PMAC e depois o Previne Brasil; que mesmo sendo avaliado pelo teto, então não seria verídica a informação de que com a pandemia atrapalhou a produção, porque pelos relatórios é muito fácil ver que tudo foi avaliado pelo teto, já que durante a pandemia não houve avaliação; que a captação ponderada não é feita apenas pelo agente de saúde e pode ser feita por qualquer um, mas nenhum está fazendo justamente pela falta de incentivo; que antes da nova gestão Teresina era o primeiro lugar no Brasil como quem melhor remunerava seus servidores enfermeiros e que passou para último lugar depois que a atual gestão assumiu.

A Dr.ª Nádia afirmou que não pode se manifestar acerca das gratificações.

O Dr. Eny passou a fala sobre a falta de insumos e medicamentos e passou a palavra ao Dr. Handerson R. S. Lima, Gerente de Assistência Farmacêutica da Diretoria de Atenção Básica da Fundação Municipal de Saúde - GEAFA/DAB/FMS.

O Dr. Handerson R. S. Lima, Gerente de Assistência Farmacêutica da Diretoria de Atenção Básica da Fundação Municipal de Saúde - GEAFA/DAB/FMS, aduziu que a Gerência de Assistência Farmacêutica tem atuação limitada e depende de vários outros pontos para que consiga atuar; que tem a lista das programações de todas as licitações já abertas para o ano que vem e informou que os processos já foram iniciados e espera que até o final do ano finalizem para garantir atas de registro de preços para abastecimento do ano que vem; que estão trabalhando para o retorno da CPL para a FMS; que estão com atas vigentes para fornecimento da maioria de seus itens; que um ou outro item estão com falta, mas noventa por cento dos itens estão com as atas de registro de preços vigentes e emitem empenhos para o fornecedor realizar a entrega dos produtos; que ouviram as reclamações apresentadas e vê que do início do ano até hoje tiveram alguns avanços, mas ainda tem muita coisa a ser resolvida; que dessas licitações vigentes, pelo menos 20 (vinte) empenhos estão pendentes de entrega pelas empresas; que os motivos apresentados pelas empresas para não realizarem as entregas são os mais diversos, inclusive a falta de pagamento pela FMS; que buscam regularizar a situação notificando a empresa e esta traz a sua justificativa e é encaminhado à gestão superior para que esta resolva o caso; que a lista de itens nesta situação é grande, mesmo sendo avisados acerca da necessidade de apresentação urgente; que enquanto GEAFA levam os casos para a gerência financeira e presidência; que quanto ao farmacêutico, existem apenas quatro na rede, um por regional dando a assistência à rede; que em todas as unidades foi disponibilizado o Sistema Hórus, tendo os profissionais sendo treinados neste sentido, mas ainda tem dificuldade que o sistema rode com 100% das funcionalidades nas suas unidades, pois dependem de servidores e por mais que treinem e façam visitas, realmente tem dificuldade de recursos humanos que esperam melhorar com o concurso; que o sistema é complexo e esperam certo domínio de tecnologia; que com o número de farmacêuticos que tem hoje, fica difícil levar ao treinamento das equipes e cada um desses problemas deve ser acionado pela regional e o farmacêutico deve seguir o *checklist* para repassar cada ponto necessário ao servidor e treinar o servidor sobre o sistema; que os treinamentos são realizados de forma contínua; que em julho está previsto o próximo e em caso de dificuldades também podem ser solicitados treinamentos no local; que o trabalho é incansável e esperam com o concurso poder renovar o quadro; que acerca da contribuição do farmacêutico, melhorar o acesso e gestão de medicamentos, há necessidade da farmácia clínica de forma essencial para melhoria da saúde da população, aproximando o profissional do usuário, inclusive para detectar problemas adversos.

O Dr. Eny pediu as relações de empenhos e de atas de registro de preço em vigência e questionou em qual etapa estão as licitações novas, se existe pendência de contratação de pregoeiros para a Nova Comissão de Licitações da FMS.

O Dr. Marcelo afirmou que estão em fase de transição e a continuidade dos processos está sendo feita ainda na Secretaria Municipal de Administração e Recursos Humanos - SEMA, até a efetiva criação da Diretoria de Licitações na FMS.

O Dr. Eny estabeleceu como encaminhamento a previsão de datas dos empenhos e a listagem de fornecedores pendentes da realização de entrega de medicamentos e insumos, bem como a justificativa apresentada por estes para não realizarem a entrega no prazo, no prazo de dez dias.

O Dr. Ulisses destacou a lei 13021/2014 que obriga o farmacêutico a estar no estabelecimento, inclusive para administrar medicamentos de controle especial, como também antimicrobianos e questionou se as organizações sociais e sindicatos tem o papel de apontar estas questões.

O Dr. Handerson destacou que há um desentendimento acerca da legalidade dos termos e existe muita controvérsia acerca da obrigatoriedade de profissional farmacêutico em todos os postos de Unidades Básicas de Saúde.

O Dr. Eny deu como sugestão ainda que não seja obrigatória a presença de farmacêuticos nas UBSs, pelo menos seja diminuída esta carência, ainda que não coloque em todos, pois quatro farmacêuticos em toda a rede é insuficiente e incluiu enquanto encaminhamento que isto seja discutido pela rede, inclusive, acerca das melhorias quanto ao deslocamento destes profissionais, com o fornecimento de veículos adequados para tanto.

A Dr.ª Sâmia destacou a possibilidade de inclusão no concurso do profissional técnico de farmácia.

A Dr.ª Geysa Elane R. de Carvalho Sá, Auditora de Contas do Tribunal de Contas do Estado do Piauí - TCE - PI, pediu o encaminhamento de documentação ao Tribunal de Contas do Estado do Piauí.

Ao fim, o Dr. Eny firmou os encaminhamentos que seguem ao final desta ata e encerrou a audiência.

4. Encaminhamentos

4.1	Expedição de ofício para a Gerência de Vigilância Sanitária do Município de Teresina - GEVISA para que esta realize no prazo de trinta dias úteis inspeções em todas as farmácias da rede pública municipal com base no formulário específico disponibilizado no site da Diretoria de Vigilância Sanitária do Estado do Piauí - DIVISA;
4.2	Expedição de ofício para a Direção do Centro Integrado de Saúde Lineu Araújo - CISLA para que, no prazo de dez dias úteis, esclareça o fato relatado em audiência de ter sido desinstalado o Sistema Hórus na farmácia do hospital;
4.3	Instauração de procedimento extrajudicial na 29ª Promotoria de Justiça de Teresina para investigar a falta de água nas Unidades Básicas de Saúde de Teresina - UBSs;
4.4	Realização de fiscalização pela Gerência de Atenção Primária da Secretaria de Saúde do Estado do Piauí nas Unidades Básicas de Saúde de Teresina com a especificação dos quatro indicadores que compõem o financiamento do Programa Previne Brasil na rede pública de atenção básica municipal destacando com maior clareza nos relatórios os tópicos específicos da política do Previne Brasil;
4.5	Envio pela Fundação Municipal de Saúde à 29ª Promotoria de Justiça de Teresina, no prazo de dez dias, da relação de todos os profissionais responsáveis pela dispensação de medicamentos na atenção básica, inclusive com o nome completo, identificação, tipo de vínculo, horário de trabalho e Cadastro Nacional de Estabelecimento de Saúde - CNES
	Envio pela Fundação Municipal de Saúde à 29ª Promotoria de Justiça de Teresina de informações e dados sobre os curso de treinamento dos profissionais que fazem a dispensação dos medicamentos nas Unidades Básicas de Saúde - UBS, incluindo a

https://www.mppi.mp.br/consulta-publica/validador/8c0bc4455ec1c08c10b07f99c6086a9c
Assinado Eletronicamente por: LIA ANDRADE PORTELA às 01/09/2023 08:48:39

	comprovação de lista de registros, bem como a previsão para a próxima capacitação.
4.7	Envio pela Diretoria de Atenção Básica da Fundação Municipal de Saúde à 29ª Promotoria de Justiça de Teresina, no prazo de dez dias, acerca de quais as Unidades Básicas de Saúde - UBSs foram cadastradas no programa de Saúde na Hora, qual a modalidade de horário adotada, quais unidades funcionam atualmente no período noturno, qual o horário de funcionamento destas, com apresentação também da relação das equipes escaladas e de que forma é feita a publicidade destas informações para a população em geral;
4.8	Expedição de ofício à Fundação Municipal de Saúde para que seja prestado esclarecimento acerca das providências adotadas pelas Gerências de Manutenção Predial e de Manutenção de Equipamentos e quais os contratos existentes de manutenção predial e de equipamentos, os últimos doze meses de pagamentos efetuados e qual a explicação acerca dos atrasos apresentados, no prazo de dez dias.
4.9	Expedição de ofício à Diretoria de Planejamento - DEPLAN para que esta informe no prazo de dez dias se existe algum indicativo de emendas parlamentares para custeio da atenção básica do município de Teresina;
4.10	Expedição de ofício à Fundação Municipal de Saúde para que sejam apresentadas as relações de empenhos e de atas de registro de preço em vigência, a previsão de datas dos empenhos e a listagem de fornecedores pendentes da realização de entrega de medicamentos e insumos, bem como a justificativa apresentada por estes para não realizarem a entrega no prazo, no prazo de dez dias;
4.11	A realização de debates dentro da Fundação Municipal de Saúde acerca da possibilidade de diminuição da carência de farmacêuticos na rede de atenção básica, ainda que não exista a obrigatoriedade de um farmacêutico em cada Unidade Básica de Saúde, discutindo-se, inclusive acerca das melhorias quanto ao deslocamento destes profissionais, com o fornecimento de veículos adequados para tanto.

E para constar, de ordem do Promotor de Justiça da 29ª PJ, eu, Lia Andrade Portela, Assessora Ministerial, encerro a presente ata.
ENY MARCOS VIEIRA PONTES
Promotor de Justiça - 29ª PJ

2.4. 33ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE TERESINA-PI

PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO SIMP Nº 000061-383/2022
DECISÃO:
Trata-se de Procedimento Preparatório instaurado em decorrência do Ofício Conjunto nº 005/2022-28ªPJT/33ªPJT e documentação anexa encaminhados à Coordenação do Núcleo das Promotorias de Justiça de Defesa da Cidadania, do Meio Ambiente, Curadoria das Fundações e Terceiro Setor, e distribuída a esta Promotoria de Justiça, no qual se verifica a suposta existência e irregularidade do funcionamento de Instituição de Longa Permanência para Idosos/Casa de Passagem denominada "Casa de repouso para idosos Calebe", localizada na Rua José Miguel Adad, nº 8435, bairro Portal da Alegria, Teresina-PI e administrada por Ana Maria da Silva.
Conforme apontado em relatório social acostado em ID 54376038, não foi possível realizar vistoria no local em que supostamente funcionava a ILPI clandestina, uma vez que a responsável pelo imóvel, Sra. Ana Maria da Silva, não permitiu a entrada da equipe ministerial, sob a alegação de que, no endereço informado nestes autos, é sua residência e não entidade socioassistencial.
Diante disso, a 33ª Promotoria de Justiça de Teresina ingressou com AÇÃO DE PROCEDIMENTO COMUM COM PEDIDO DE TUTELA DE URGÊNCIA ANTECIPADA (Autos de nº 0845912-11.2022.8.18.0140) em face de Ana Maria da Silva, pleiteando, em suma, a autorização para o Ministério Público realizar, sempre que entender necessário, fiscalizações, vistorias, inspeções e demais diligências pertinentes na entidade de atendimento, de modo a dar cumprimento aos arts. 52 e 74, VIII da Lei nº 10.741/2003 (Estatuto da Pessoa Idosa), independentemente de mandado judicial para tanto, abstendo-se a ré de impedir, embaraçar ou obstacular a ação ministerial. Postulou-se, mais, a declaração de que na Rua José Miguel Adad, nº 8435, bairro Portal da Alegria, Teresina-PI, funciona entidade de atendimento a pessoas idosas, conforme explicitado na petição inicial - ID 54527621.
Considerando as informações constantes em relatório social ID 54376038, foram expedidas cartas precatórias às Promotorias de Justiça de Altos-PI e Cocal-PI para requisição àqueles municípios que informassem se, por meio de qualquer de seus órgãos, encaminham usuários para a instituição/hospedagem mantida por Ana Maria da Silva, situada na Rua José Miguel Hadad, nº 8435, bairro Portal da Alegria, Teresina-PI, especificando o perfil dos usuários encaminhados, quantidades, natureza do serviço prestado por aquela senhora e outras informações pertinentes, bem como se têm conhecimento de como o serviço é prestado e se os usuários estão seguros e satisfeitos com o atendimento - IDs 54549637 e 54549833.
Expedido o Ofício nº 0589/2022-33ªPJT de 07.10.2022 à Promotoria de Justiça de São Pedro do Piauí solicitando que informasse as providências porventura adotadas em relação ao suposto funcionamento irregular de uma possível "filial" da ILPI "CASA DE REPOUSO PARA IDOSOS CALEBE" no município de Agricolândia-PI, igualmente clandestina - ID 54548918.
Juntada a resposta das Promotorias de Justiça de Altos, Cocal e São Pedro do Piauí nos IDs 54696591, 54676742 e 55330466 respectivamente.
Expedido o Ofício nº 0340/2023-33ªPJT de 10.04.2023 à Delegacia Especializada de Segurança e Proteção ao Idoso requisitando a instauração de inquérito policial para apurar a prática dos supostos crimes de estelionato (art. 171, §4º do Código Penal) e o crime de apropriação de proventos de pessoa idosa previsto no art. 102 da Lei nº10.741/2003 - Estatuto da Pessoa, supostamente cometidos na instituição de atendimento socioassistencial supramencionada, bem como os demais crimes que vierem a ser constatados - ID 55613424.
Encaminhado o Ofício nº 0341/2023-33ªPJT de 10.04.2023 ao Núcleo das Promotorias de Justiça Criminais de Teresina-PI comunicando a requisição de instauração de Inquérito Policial - ID 55614322.
Nos autos da ação judicial, sobreveio certidão da Oficiala de Justiça de que não foi localizada a demandada, Ana Maria da Silva, para ser citada, razão pela qual o Ministério Público do Estado do Piauí procedeu a verificação in loco do endereço e constatou que a ré não reside mais no local e no imóvel também não está funcionando a Instituição de Longa Permanência para Idosos- ILPI "Casa de Repouso para Idosos Caleb" - ID 56589001, doc 4896207, págs. 79 a 82.
Recebido ofício encaminhado pelo Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa- CMDI, ora noticiante, em 07.06.2023, informando a respeito do novo endereço da suposta ILPI clandestina - ID 56589001, doc 4896207, pág. 85.
Realizada nova diligência pela Assistente Social lotada no Centro de Apoio Operacional de Defesa da Educação e Cidadania- CAODEC, não foi confirmado o endereço informado pelo CMDI - ID 56589001, doc 4896207, pág. 89.
Em virtude da impossibilidade de localizar a demandada para citação, o Ministério Público requereu a extinção do processo judicial sem resolução do mérito, ante a ausência de pressuposto de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo, nos termos do art. 485, IV, do Código de Processo Civil. - ID 56589001, doc 4896207, págs. 91 a 92.
RELATADOS, DECIDO.
A questão de fundo deste procedimento preparatório é eminentemente de fato. Assim, torna-se imperiosa a produção de provas ou indicação de onde estas possam ser encontradas, a fim de subsidiar a atuação do Ministério Público, a qual somente se justifica diante do comprovado descumprimento da legislação.
Como antes destacado, não foi possível assegurar extrajudicialmente e/ou judicialmente a fiscalização da ILPI "Casa de Repouso para Idosos ', de modo a apurar a suposta existência e funcionamento irregular. Como relatado, verificado que a suposta ILPI não mais funciona no ço inicial, não foi possível identificar o seu funcionamento em novo endereço

https://www.mppi.mp.br/consulta-publica/validador/8c0bc4455ec1c08c10b07f99c6086a9c
Assinado Eletronicamente por: LIA ANDRADE PORTELA às 01/09/2023 08:48:39